

Tivit Infraestrutura de Tecnologia S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Tivit Infraestrutura de Tecnologia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tivit Infraestrutura de Tecnologia S.A. e controladas (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Tivit Infraestrutura de Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 29 de abril de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

TIVIT INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022		explicativa	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.724	11.494	20.350	12.895	Fornecedores	13	7.116	4.601	8.933	5.267
Contas a receber	6	16.925	32.619	19.638	34.882	Empréstimos e financiamentos	14	255	-	255	-
Transações com partes relacionadas	9	4.015	86	4.445	86	Passivo de arrendamento	15	9.220	8.790	9.658	8.790
Impostos a recuperar	7	6.763	1.355	9.723	1.412	Impostos a recolher	16	1.829	6.542	4.095	7.098
Despesas antecipadas	8	25	166	39	207	Salários e encargos sociais	17	5.436	3.844	5.561	3.856
Outros créditos		1.120	323	1.497	458	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	19	10.582	3.831	10.582	3.831
Total do ativo circulante		40.572	46.044	55.692	49.940	Transações com partes relacionadas	9	1.551	9.473	855	9.473
						Demais contas a pagar		10	44	12	44
						Total do passivo circulante		35.999	37.125	39.950	38.359
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	-	7.361	-	- NÃO CIRCULANTE					
Transações com partes relacionadas	9	4.700	-	-	-	- Empréstimos e financiamentos	14	108.800	109.363	108.800	109.363
Investimentos	10	47.380	28.209	7.611	8.051	Passivo de arrendamento	15	28.578	15.524	30.152	15.524
Imobilizado	11	126.236	118.460	141.060	131.409	Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	3.840	4.778	3.845	4.778
Intangível:						Passivo descoberto	10	14.075	-	-	-
Intangível na aquisição de investimentos	12	-	-	12.015	-	- Provisão para riscos e processos judiciais		161	-	161	-
Outros intangíveis	12	12.779	-	18.716	4.545	Transações com partes relacionadas	9	-	9.550	19.334	9.550
Total do ativo não circulante		191.096	146.669	186.763	144.005	Total do passivo não circulante		155.454	139.215	162.292	139.214
						Total do passivo		191.453	176.341	202.242	177.574
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	19	4.331	4.331	4.331	4.331
						Reservas de lucros	19.b)	32.612	12.301	32.612	12.301
						Outros resultados abrangentes	10	3.271	(261)	3.271	(261)
						Total do patrimônio líquido		40.214	16.371	40.214	16.371
TOTAL DO ATIVO		231.667	192.712	242.456	193.945	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		231.667	192.712	242.456	193.945

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TIVIT INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E AO PERÍODO DE 28 DE MARÇO

(DATA DA CONSTITUIÇÃO) À 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	20	181.682	73.579	199.973	75.666
Custo dos serviços prestados	21	(109.489)	(41.516)	(121.817)	(42.049)
LUCRO BRUTO		<u>72.193</u>	<u>32.063</u>	<u>78.156</u>	<u>33.617</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas	21	(3.670)	(736)	(6.025)	(753)
Gerais e administrativas	21	(12.121)	(1.964)	(14.291)	(1.975)
Resultado de equivalência patrimonial	9	1.168	1.888	1.341	701
Outras receitas operacionais, líquidas	21	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>-</u>
		(14.621)	(812)	(18.973)	(2.027)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>57.572</u>	<u>31.251</u>	<u>59.183</u>	<u>31.590</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	22	3.689	874	3.960	886
Despesas financeiras	22	<u>(21.263)</u>	<u>(8.734)</u>	<u>(24.131)</u>	<u>(8.800)</u>
		(17.574)	(7.860)	(20.171)	(7.914)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA		<u>39.998</u>	<u>23.391</u>	<u>39.012</u>	<u>23.676</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	18	(13.758)	(8.211)	(15.026)	(8.496)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	18	<u>822</u>	<u>952</u>	<u>3.076</u>	<u>952</u>
		(12.936)	(7.259)	(11.950)	(7.544)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>27.062</u>	<u>16.132</u>	<u>27.062</u>	<u>16.132</u>
LUCRO POR AÇÃO (BÁSICO E DILUÍDO) - R\$	23	0,30	0,18		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TIVIT INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E AO PERÍODO DE 28 DE MARÇO (DATA DA CONSTITUIÇÃO) À 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	27.062	16.132	27.062	16.132
COMPONENTES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS				
Outros resultados abrangentes que poderão ser reclassificados posteriormente no				
Ajuste de conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior	4.956	(395)	4.956	(395)
Imposto de renda sobre ajuste de conversão de demonstrações financeiras de controladas	(1.685)	134	(1.685)	134
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	30.333	15.871	30.333	15.871

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TIVIT INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E AO PERÍODO DE 28 DE MARÇO (DATA DA CONSTITUIÇÃO) À 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de Lucros		Lucros acumulados	resultados abrangentes	Total
			Reserva Legal	Retenção de Lucros			
EM 28 DE MARÇO DE 2022 (data da constituição)		-	-	-	-	-	-
Dropdown dos Ativos da Tivit Serviços	20.a)	4.331	-	-	-	-	4.331
Outros resultados abrangentes	10	-	-	-	-	(261)	(261)
Lucro líquido do período		-	-	-	16.132	-	16.132
Constituição de reservas	20.b)	-	807	11.494	(12.301)	-	-
Dividendos constituídos	20.b)	-	-	-	(3.831)	-	(3.831)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>4.331</u>	<u>807</u>	<u>11.494</u>	<u>-</u>	<u>(261)</u>	<u>16.371</u>
Outros resultados abrangentes	10	-	-	-	-	3.532	3.532
Lucro líquido do exercício		-	-	-	27.062	-	27.062
Constituição de reservas	20.b)	-	59	20.252	(20.311)	-	-
Juros sobre capital próprio constituídos		-	-	-	(911)	-	(911)
Dividendos constituídos	20.b)	-	-	-	(5.840)	-	(5.840)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>4.331</u>	<u>866</u>	<u>31.746</u>	<u>-</u>	<u>3.271</u>	<u>40.214</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TIVIT INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E AO PERÍODO DE 28 DE MARÇO (DATA DA CONSTITUIÇÃO) À 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		27.062	16.132	27.062	16.132
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado (aplicado nas atividades operacionais:					
Custo residual de bens do ativo imobilizado e intangível baixados		-	-	3.532	(234)
Variação cambial	11 e 12	-	-	(3.546)	21
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(822)	(952)	(3.075)	(952)
Provisão para riscos e processos judiciais		161	-	161	-
Depreciações e amortizações	21	18.391	6.260	21.051	6.413
Juros sobre empréstimos	22	17.227	6.213	19.383	6.213
Juros sobre arrendamentos	22	2.702	979	2.702	979
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	21	355	-	355	-
Resultado de equivalência patrimonial	10	(1.168)	(1.888)	(1.341)	(701)
		<u>63.908</u>	<u>26.744</u>	<u>66.284</u>	<u>27.872</u>
Redução (aumento) nos saldos de ativos:					
Contas a receber	6	15.339	(32.619)	14.976	(34.882)
Impostos a recuperar	7	(5.988)	(1.355)	(7.707)	(1.412)
Despesas antecipadas	8	141	697	168	656
Partes relacionadas	9	(8.629)	(253)	(15.456)	(86)
Outros créditos		(796)	(330)	(960)	(465)
Aumento (redução) nos saldos de passivos:					
Fornecedores	13	2.515	(13.747)	749	(13.081)
Impostos a recolher	16	10.541	6.542	12.229	7.098
Salários e encargos sociais	17	1.592	1.544	1.705	1.557
Demais contas a pagar		<u>(33)</u>	<u>44</u>	<u>418</u>	<u>44</u>
Caixa gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais		78.589	(12.733)	72.406	(12.699)
Pagamento de Imposto de renda e contribuição social		<u>(14.675)</u>	<u>-</u>	<u>(14.675)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais		<u>63.914</u>	<u>(12.733)</u>	<u>57.731</u>	<u>(12.699)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Caixa adquirido na aquisição de investida	1.c	-	26.000	-	26.000
Aumento de capital em controlada	10	-	(19.066)	-	-
Valor pago na aquisição de investida	10	(2.178)	-	(2.178)	-
Dividendos recebidos	10	1.782	-	1.782	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	11 e 13	<u>(16.470)</u>	<u>(1.633)</u>	<u>(17.278)</u>	<u>(19.331)</u>
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimento		<u>(16.866)</u>	<u>5.301</u>	<u>(17.674)</u>	<u>6.669</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Partes relacionadas	9	(17.472)	19.023	(3.478)	19.023
Captação de empréstimo	14	108.800	94.274	108.800	94.274
Pagamento de juros sobre empréstimos	14	(17.536)	(12.200)	(17.536)	(12.200)
Pagamento de principal sobre empréstimos	14	(108.800)	(78.800)	(108.800)	(78.800)
Pagamento de arrendamentos	15	(11.764)	(3.354)	(11.764)	(3.354)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	15	<u>(45)</u>	<u>(17)</u>	<u>(45)</u>	<u>(17)</u>
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamento		<u>(46.818)</u>	<u>18.925</u>	<u>(32.823)</u>	<u>18.926</u>
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		<u>230</u>	<u>11.494</u>	<u>7.234</u>	<u>12.895</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	11.494	-	13.116	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	<u>11.724</u>	<u>11.494</u>	<u>20.350</u>	<u>12.895</u>
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		<u>230</u>	<u>11.494</u>	<u>7.234</u>	<u>12.895</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TIVIT INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E AO PERÍODO DE 28 DE MARÇO
(DATA DA CONSTITUIÇÃO) À 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Tivit Infraestrutura de Tecnologia S.A. (“Companhia” ou “Tivit Infra”), controlada pela APX Brazil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, anteriormente denominada NK 165 Empreendimentos e Participações S.A., conforme alteração em Assembleia Geral Extraordinária de 2 de junho de 2022, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 28 de março de 2022, com sede na Rua Bento Branco de Andrade Filho, nº 621, Jardim Dom Bosco cidade e estado de São Paulo. A Companhia tem como principais objetivos sociais: (a) a prestação de serviços de tecnologia de informação, envolvendo: serviços de armazenamento de dados; serviços de desenvolvimento e licenciamento de software; serviços de assessoria e consultoria em informática; serviços de suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação, softwares e banco de dados; serviços de manutenção de máquinas e equipamentos; serviços de processamento de dados em geral e congêneres; e ensino e treinamento em serviços e informática; (b) a prestação de serviços de consultoria em sistemas de gestão documental; (c) a execução de serviços de digitação, digitalização e impressão de imagens na área de informática; (d) a prestação de serviços de triagem, organização, custódia e guarda de documentos de terceiros; (e) a prestação de serviços de agenciamento e intermediação de negócios; (f) a prestação de serviços de gestão de processos de negócios; (g) a locação de espaço físico de imóveis; (h) a participação em outras Companhias, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou cotista; (i) a execução de sistemas de informática, processamento e digitação de dados referentes aos serviços de centrais de atendimento, telemarketing, promoção de vendas de produtos e serviços diversos, pesquisa de mercado e mala direta de qualquer forma ou natureza, serviços de cobrança extrajudicial, bem como a prestação de serviços de teleatendimento e teleatendimento técnico; implantação de centrais de atendimento para terceiros; recrutamento, treinamento locação e fornecimento de mão-de-obra especializada; locação de equipamentos de telefonia e informática em geral; e (j) a prestação de serviços de conserto, suporte técnico aferição, manutenção e conservação de balanças, equipamentos de Telecom e similares.

Tivit Colombia Tecnologia S.A.S

A Tivit Colombia Tecnologia S.A.S (“Takoda Colombia”) foi constituída em 16 de junho de 2022, tem como objeto social principal a prestação de serviços de armazenamento de dados em uma ou mais zonas francas na Colombia, de acordo com regulamentação local correspondente.

Transações societárias

- a) Transferência de bens da (“dropdown”) da Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. (“Tivit Serviços”)

Em 30 de junho de 2022, a Tivit Infra recebeu um acervo líquido proveniente da reestruturação societária da parte relacionada Tivit Serviços, com o objetivo de segregar os negócios de “Colocation” (data center) do restante das operações do Grupo Tivit, e assim segregar as unidades de negócios de acordo com as suas características e os seus setores de atuação de maneira a impulsionar o crescimento de ambas. O acervo líquido cindido em 30 de junho de 2022 e transferido para a Tivit Infra de acordo com ata de acionistas datada de 30 de junho de 2022, está assim representado:

	<u>Total Ativos e Passivos</u>
Ativos circulantes:	
Caixa e equivalentes de caixa	26.000
Despesa antecipada	863
Ativos não circulantes:	
Investimento	7.350
Imobilizado	<u>121.670</u>
Passivos circulantes:	
Fornecedores	(18.348)
Empréstimos e financiamentos	(56.083)
Passivo de arrendamento	(8.208)
Salários e encargos	(2.299)
Passivos não circulantes:	
Empréstimos e financiamentos	(43.800)
Passivo de arrendamento	(17.083)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.731)
Acervo líquido	<u>4.331</u>

- b) Combinação de negócios

Takoda Comercializadora de Energia Ltda.

Em 1º de março de 2023, a Companhia adquiriu 100% de participação da Tivit Comercializadora de Energia Ltda., passando a ser conhecida como Takoda Comercializadora de Energia Ltda. (“Comercializadora”). O preço base de aquisição foi de R\$2.635. Foi gerado um ativo intangível referente ao contrato de energia elétrica na aquisição de R\$12.471. Essa iniciativa busca reduzir o impacto de suas operações à natureza e impactar positivamente os colaboradores da Companhia, fornecedores e as empresas com as quais a Companhia mantém relações.

	<u>Ativos e passivos</u>
Ativos circulantes:	
Caixa e equivalentes de caixa	135
Transações com partes relacionadas	838
Impostos a recuperar	1.314
Outros ativos	3

	<u>Ativos e passivos</u>
Ativos não circulantes:	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.178
Passivos circulantes:	
Fornecedores	(34)
Impostos a recolher	(105)
Obrigações sociais e trabalhistas	1
Transações com partes relacionadas	(17.180)
Outros passivos	14
Acervo líquido adquirido	(9.837)
<u>Ativo intangível gerado na aquisição</u>	
Contrapartida transferida (i)	2.635
Ativo Intangível gerado na aquisição (ii)	(12.710)
i) O ágio gerado na aquisição refere-se ao valor pago pela empresa em contrapartida ao valor contábil.	
ii) Foi gerado ativo intangível na aquisição da Comercializadora no valor de R\$(12.710).	

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é determinado nessa base. Operações de arrendamento que estão inseridas no escopo da IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (equivalente ao CPC 06 (R2)) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor em uso, estão inseridas no escopo da IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente ao CPC 01 (R1)).

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

2.3. Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta ou tem direitos a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Companhia.

Quando necessário, são feitos ajustes contábeis às demonstrações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis às usadas pela Companhia.

Todos os saldos e transações de contas a receber e a pagar, bem como os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre as empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminados integralmente.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, os investimentos em controladas são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial.

As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

<u>Empresa</u>	<u>País</u>	<u>Tipo de controle</u>	<u>31/12/2023</u>
São Mizael	Brasil	Indireto	3,918%
Tivit Colômbia Tecnologia S.A.S.	Colômbia	Direto	100%
Comercializadora de Energia	Brasil	Direto	100%

2.4. Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um negócio para os quais demonstrações financeiras separadas estão disponíveis, não limitadas às receitas, e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Companhia organiza-se em um único segmento operacional, de serviços de datacenters e tecnologia.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do exercício. As contraprestações transferidas e o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

2.5. Moeda funcional e moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

As demonstrações financeiras individuais de cada controlada da Companhia são elaboradas com base na moeda funcional de cada uma dessas empresas, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual cada uma opera.

Para fins de apresentação destas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido (e atribuídas às participações não controladoras, conforme apropriado).

Quando há baixa de uma operação no exterior (exemplos: baixa integral da participação em uma operação no exterior, perda de controle sobre uma empresa investida que possui operações no exterior ou baixa parcial de um investimento em controlada em conjunto ou coligada que possui operação no exterior no qual a participação retida se torna um ativo financeiro), todo o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no patrimônio líquido da Companhia é reclassificado para o resultado do exercício.

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

Os ganhos e as perdas decorrentes de variação cambial de itens denominados em moedas diferentes da respectiva moeda funcional de cada uma das empresas, são reconhecidos no resultado, conforme sua ocorrência.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Consistem principalmente em caixa, saldo em bancos e aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs e debêntures compromissadas. Estão demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixos para resgate) e liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo e seus rendimentos são registrados no resultado.

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro.

Sua mensuração subsequente ocorre de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurado ao custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado e (iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

2.8. Contas a receber de clientes e provisão para perdas de crédito esperadas (“PCE”)

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. A provisão para perdas de crédito esperadas (“PCE”) é constituída com base em análise dos valores a receber, considerando a perda esperada. A PCE foi constituída em montante considerado pela Administração suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes. O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de realização.

2.9. Ativos intangíveis

Direitos de prestação de serviços a clientes

Apresentados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações, calculadas com base na rentabilidade futura de cada operação, suportada por laudos de avaliação econômica preparados por empresa especializada.

Os contratos de prestação de serviços de processamento de dados, com prazos que variam de cinco a dez anos, são reconhecidos inicialmente pelo custo total e amortizados de forma linear, pelo prazo do contrato.

Já os contratos de arrendamento têm como natureza a prestação dos serviços de licença(s) de uso, exclusiva(s) e intransferível(is), de determinado(s) software(s) de sua propriedade ou a ela licenciados.

Aquisição de entidades sobre controle comum

As aquisições de negócios de entidades sobre controle comum são contabilizadas pelo método de aquisição. Uma vez que o IFRS não possui uma norma específica em relação a transações entre entidades que possuem controle comum, tendo o IASB apenas um projeto sobre o tema, de acordo o IAS 8 (equivalentes aos CPC 23 – políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro), a companhia optou por uma política contábil equivalente. Dessa forma, a companhia definiu como política contábil registrar transações desta natureza com base no IFRS 3 (CPC 15 – Combinação de negócios).

2.10. Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme segue:

	Anos
Edifícios	50
Instalações	15 a 20
Móveis e utensílios	12
Benfeitorias em propriedades de terceiros	8
Máquinas e equipamentos	5 a 25
Computadores e periféricos	4 a 8
Veículos	5
Direito de uso - edificações	6

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, anualmente. O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

2.11. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da Unidade Geradora de Caixa - UGCs à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às UGCs individuais ou ao menor grupo de UGC para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso, são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano, e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.12. Arrendamentos

São classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

Os ativos adquiridos por meio de arrendamento financeiro são inicialmente reconhecidos como ativos da Companhia pelo seu valor justo no início do arrendamento ou, se inferior, pelo valor presente do pagamento mínimo do arrendamento. O passivo correspondente ao arrendador é apresentado no balanço patrimonial como uma obrigação com arrendamento financeiro.

Os pagamentos referentes ao arrendamento financeiro são distribuídos entre os encargos financeiros e a redução da obrigação, a fim de atingir uma taxa de juros constante em relação ao saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos diretamente no resultado, a menos que possam ser diretamente atribuídos aos ativos qualificados, caso em que são capitalizados.

2.13. Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação, nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data do balanço, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

Os juros pagos são classificados como fluxos de caixa de financiamento, porque na avaliação da Administração são custos de obtenção de recursos financeiros ou retornos sobre investimentos.

2.14. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em “Outros resultados abrangentes” ou no patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos diretamente em “Outros resultados abrangentes” ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados na contabilização inicial de uma combinação de negócios. No caso de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social baseia-se no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo o saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensação e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

2.15. Reconhecimento de receita

2.15.1. Prestação de serviços

Compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de impostos, quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares. As receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca de transferência dos serviços para o cliente.

As receitas são reconhecidas conforme os seguintes critérios:

- Receitas relacionadas ao gerenciamento e direito de uso de infraestrutura, baseada em ambientes tradicionais dedicados em data centers da Companhia, em nuvem fornecida pela Companhia ou em nuvem de terceiros e respectivos serviços de conectividade e de equipes de suporte localizadas internamente ou nos clientes são reconhecidas no resultado mensalmente conforme os serviços são prestados, iniciando-se na data em que os serviços são disponibilizados ao cliente e todos os outros critérios de reconhecimento de receita são atendidos.
- Receitas relacionadas a venda de energia elétrica são efetuadas com base no excedente de energia elétrica que é adquirida pela Companhia e não consumido. Este excedente é adquirido pela Takoda Comercializadora e vendido ao mercado considerando o custo de aquisição inicial descrito no contrato. O resultado da venda é reconhecido no resultado com base na ocorrência da transação.

2.15.2. Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

As receitas financeiras representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras e depósitos judiciais.

2.16. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

2.17. Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa que não são reconhecidos no resultado corrente como requerido ou permitido pelos pronunciamentos e pelas interpretações e orientações emitidos pelo CPC e as IFRS. No caso da Companhia, esses itens poderão ser revertidos para ao resultado quando da liquidação das operações ou pela alienação das investidas no exterior.

2.18. Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

2.19. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal o financiamento de futuros projetos de investimento da Companhia.

2.20. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia, que estiver contemplada na parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica “Dividendos a pagar”.

2.21. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja classificação de perda seja provável. Para a classificação de perda possível, a Administração da Companhia faz a divulgação dos principais processos e provisiona valores estimados de custas processuais e honorários advocatícios, com base no histórico incorrido e bases contratuais, quando aplicável, negociadas com os seus assessores jurídicos, pois é provável os desembolsos futuros de recursos.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

2.22. Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado considerando-se o lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e a quantidade média ponderada de ações em circulação, considerando os efeitos de todas as ações potenciais diluidoras. Todos os instrumentos e contratos que possam resultar na emissão de ações são considerados ações potenciais.

2.23. Demonstrações dos fluxos de caixa

Foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico IAS 7/CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.24. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e não adotadas

Embora a adoção antecipada seja permitida, a Empresa não adotou os CPCs novos e abaixo relacionados:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a exercícios anuais com início em ou após
Alterações à CPC 50	Contratos de seguros	01/01/2023
Alterações à CPC 26 /IAS 1	Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade	01/01/2023
Alterações à CPC 32 / IAS 12	Tributos sobre o Lucro — Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação	01/01/2023

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a exercícios anuais com início em ou após
Alterações à CPC 32 / IAS 12	Tributos sobre o Lucro — Reforma Tributária Internacional — Regra do Modelo do Pilar Dois	Sem definição
Alterações à CPC 23/IAS 8	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros — Definição de Estimativas Contábeis	01/01/2023
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Sem definição
Alterações à CPC 26 /IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com Covenants	01/01/2024
Alterações à CPC 03/IAS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01/01/2024
Alterações à IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	01/01/2024

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Classificação de instrumentos financeiros.

Estimativas e premissas

A Companhia revisa as estimativas e premissas de forma contínua, entretanto os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas significativas são como segue:

- Avaliação de instrumentos financeiros

São utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 4.5 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

- Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

São registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

- Redução ao valor recuperável ("impairment")

- (i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia evidência de perda de valor para recebíveis, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado estarão sujeitos às disposições sobre redução ao valor recuperável ("impairment") contidas na IFRS 9/CPC 48.

- (ii) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se os valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

O ágio integrante do valor contábil de um investimento em uma controlada, por não ser reconhecido individualmente, é testado em conjunto com o valor total do investimento, como se fosse um ativo único.

O ativo imobilizado e o intangível são submetidos ao teste de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

- Cálculo da provisão para perdas de crédito esperadas com recebíveis

Ao mensurar a perda de crédito esperadas “PCE”, a Companhia usa informações sobre o futuro consideradas pela administração como razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros.

A perda por inadimplência é estimada com base na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da PCE. Esta probabilidade é uma estimativa da inadimplência durante um período comparativo de um ano, sendo esse o ano anterior a provisão cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras.

- Aquisições de controladas

A Companhia efetua análises nas datas das combinações de negócios dos ativos e passivos identificáveis, nos termos da IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e identifica os itens em que considera necessária a contratação de especialistas externos independentes, os quais são contratados para apoio na avaliação do valor justo desses referidos itens.

- Vida útil de ativos imobilizados e intangíveis

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações e amortizações. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito nas notas explicativas nº 11 e nº 12.

- Mensurações do valor justo

Alguns dos ativos e passivos da Companhia são mensurados pelo valor justo para fins de elaboração das demonstrações financeiras. A Administração determina as técnicas de avaliação e as informações adequadas às mensurações do valor justo. Para estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis do mercado na extensão em que estejam disponíveis.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

As atividades da Companhia implicam em exposição a diversos riscos financeiros. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela área de Tesouraria Central da Companhia, segundo as alçadas aprovadas pelo Conselho de Administração. A área de Tesouraria identifica, avalia e procura proteger a Companhia de eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimentos de excedentes de caixa.

4.1. Risco de mercado

- a) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros.
- b) A Companhia não possui ativos significativos sobre os quais existem riscos de fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros.
- c) O risco da taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos captados às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos captados às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à redução nas taxas de juros de mercado.
- d) Risco de moeda estrangeira

A Companhia incorre em risco cambial sobre determinados empréstimos e investimentos denominados em moeda estrangeira.

4.2. Gestão do risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos detalhados na nota explicativa nº 14, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, demonstrados na nota explicativa nº 5, bem como pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados).

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 estão assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Dívida (i)	(109.055)	(109.363)	(109.055)	(109.363)
Caixa e equivalentes de caixa	11.724	11.494	20.350	12.895
Dívida líquida	(97.331)	(97.869)	(88.705)	(96.468)
Patrimônio líquido	40.214	16.371	40.214	16.371
Índice de endividamento líquido	(2,420)	(5,978)	(2,206)	(5,893)

- (i) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos contratados com instituições financeiras.

4.3. Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 5 e nº 6, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam ratings AAA, baseado na agência de rating Fitch Ratings.

Os dez principais clientes representam, aproximadamente, 80% da receita líquida no período findo em 31 de dezembro de 2023 (80,1% em 31 de dezembro de 2022).

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e os limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

4.4. Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue necessário, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros derivativos e não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações, além de incluir os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no fim do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Controladora	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Vencidos	Total
Empréstimos e financiamentos	14.943	123.441	-	138.384
Arrendamento mercantil financeiro	10.261	31.804	-	42.065
Partes relacionadas	1.551	-	-	1.551
Fornecedores	7.116	-	-	7.116
Total	33.871	155.245	-	189.116
Consolidado	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Vencidos	Total
Empréstimos e financiamentos	14.943	123.441	-	138.384
Arrendamento mercantil financeiro e arrendamento direito de uso	10.748	33.555	-	44.303
Partes relacionadas	855	19.334	-	20.189
Fornecedores	8.900	-	33	8.933
Total	35.446	176.330	-	211.809

4.5. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas, mensurados ao custo amortizado são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores, empréstimos, dividendos e outras contas a pagar.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	51	33	8.677	1.434
CDBs e debêntures compromissadas (*)	11.674	11.461	11.674	11.461
Total	11.724	11.494	20.350	12.895
<u>Caixa e Bancos:</u>				
Brasil	51	33	132	33
Colômbia	-	-	8.544	1.401
	51	33	8.677	1.434
<u>CDBs e debêntures compromissadas</u>				
Brasil (*)	11.674	11.461	11.674	11.461
	11.674	11.461	11.674	11.461
Total	11.724	11.494	20.350	12.895

(*) As aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs e debêntures compromissadas são remuneradas por uma taxa média de 100% em 31 de dezembro de 2023 (taxa média de 100% em 31 de dezembro de 2022) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações possuem liquidez imediata, por força de compromissos de recompra, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

6. CONTAS A RECEBER

a) Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber faturadas	9.875	11.200	11.304	12.758
Contas a receber a faturar	7.405	21.419	8.689	22.124
PCE	(355)	-	(355)	-
Total	16.925	32.619	19.638	34.882

O prazo médio de recebimentos consolidado é de 43 dias no período findo em 31 de dezembro de 2023, (42 dias em dezembro de 2022) Sobre as contas a receber em atraso são cobradas, a partir da data de vencimento, 2% de multa e juros de 1% ao mês sobre o saldo.

b) Contas a receber de clientes por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A Vencer	14.280	27.539	16.826	29.774
Vencidas:				
Até 30 dias	1.756	3.191	1.843	3.219
De 31 a 60 dias	735	1.132	783	1.132
De 61 a 90 dias	51	279	60	279
De 91 a 180 dias	103	417	126	417
Acima de 180 dias	355	61	355	61
Total vencidos	3.000	5.080	3.167	5.108
PCLD	(355)	-	(355)	-
Total	16.925	32.619	19.638	34.882

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social	5.847	510	5.847	567
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar sobre o faturamento	-	70	-	70
PIS e COFINS - Crédito sobre despesas operacionais	855	774	3.815	774
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a compensar sobre o faturamento	-	1	-	1
Outros	61	-	61	-
Total	6.763	1.355	9.723	1.412

Os impostos a recuperar referem-se, substancialmente, a retenções sobre faturamento e não dependem de decisões judiciais ou administrativas para sua realização, e conforme expectativa da Administração serão compensados com o pagamento de impostos federais relacionados à atividade da Companhia.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Outras	25	166	39	207
Total	25	166	39	207

- (i) Referem-se a pagamentos efetuados por conta dos contratos de suporte e manutenção de software, apropriados ao resultado pelos períodos contratados de prestação de serviços.

9. PARTES RELACIONADAS

Ativo Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber:				
Tivit Serviços (i)	4.015	86	4.445	86
	<u>4.015</u>	<u>86</u>	<u>4.445</u>	<u>86</u>
Ativo não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber:				
Takoda Comercializadora (controlada)	4.700	-	-	-
	<u>4.700</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a pagar:				
Takoda Comercializadora (controlada)	867	37	-	37
Tivit Serviços	684	9.436	855	9.436
	<u>1.551</u>	<u>9.473</u>	<u>855</u>	<u>9.473</u>
Passivo não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a pagar:				
Tivit Serviços (ii)	-	9.550	19.334	9.550
	<u>-</u>	<u>9.550</u>	<u>19.334</u>	<u>9.550</u>
Resultado Líquido	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tivit Serviços	13.600	-	13.600	-
Tivit Serviços (ii)	-	-	(2.154)	-
Takoda Comercializadora (controlada)	-	-	(743)	-
	<u>13.600</u>	<u>-</u>	<u>10.703</u>	<u>-</u>

- (i) Refere-se a contas a receber em reais referente ao contrato de prestação de serviços de contrato MSA para a TIVIT Serviços.
- (ii) Contrato de Mútuo entre Tivit Serviços e Comercializadora, com o percentual de juros de CDI + 2% ao ano.

10. INVESTIMENTOS

Informações e movimentações dos saldos para o período findo em 31 de dezembro de 2023:

a) Investimentos em controladas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Intangível na aquisição de investimentos	12.015	-	-	-
São Mizael (i)	7.611	8.051	7.611	8.051
Tivit Colômbia Tecnologia S.A.S.	27.754	20.158	-	-
Total	47.380	28.209	7.611	8.051

b) Passivo a Descoberto

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Takoda Comercializadora de Energia Ltda. (ii)	14.075	-	-	-
Total	14.075	-	-	-

	São Mizael (i)	Intangível na aquisição de investimentos	Tivit Colômbia Tecnologia S.A .S.	Takoda Comercializadora de Energia Ltda (ii)	Total
Saldo em 28 de março de 2022	-	-	-	-	-
Dropdown (i)	7.350	-	-	-	7.350
Aporte de capital	-	-	19.066	-	19.232
Resultado de equivalência patrimonial	701	-	1.187	-	1.888
Ajuste de conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior	-	-	(261)	-	(261)
Outros	-	-	166	-	166
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8.051	-	20.158	-	28.209
Aquisição de participação (ii)	-	-	-	(9.837)	(9.837)
Resultado de equivalência patrimonial	1.342	-	4.064	(4.238)	1.168
Intangível na aquisição de investimentos.	-	12.015	-	-	12.015
Dividendos recebidos	(1.782)	-	-	-	(1.782)
Ajuste de conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior	-	-	3.532	-	3.532
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.611	12.015	27.754	(14.075)	33.305
Investimento	7.611	12.015	27.754	-	47.380
Passivo a descoberto	-	-	-	(14.075)	(14.075)

- (i) Embora a Companhia detenha uma participação de apenas 3,918% na controlada São Mizaél, a Administração concluiu que a Companhia tem participação votante sobre as atividades da São Mizaél e direito de indicar e eleger 1 (um) membro do Conselho de Administração, demonstrando assim influência sobre a mesma e, portanto, tal investimento deve ser mensurado através de equivalência patrimonial.
- (ii) Empresa adquirida em março de 2023, conforme nota explicativa nº 1.c).

11. IMOBILIZADO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custo	207.403	185.581	223.481	198.683
Depreciação Acumulada	(81.167)	(67.121)	(82.421)	(67.274)
Total	<u>126.236</u>	<u>118.460</u>	<u>141.060</u>	<u>131.409</u>
<u>Composição do imobilizado</u>				
Benfeitorias	2.063	999	2.063	999
Edificações	35.194	32.783	38.180	35.420
Instalações	23.374	23.397	23.374	23.397
Computadores e periféricos	1.159	1.866	1.159	1.866
Máquinas e equipamentos	29.161	24.361	36.568	30.779
Móveis e utensílios	290	330	921	966
Terrenos	14.700	14.700	18.500	17.959
Direito de uso – edificações	20.295	20.024	20.295	20.023
Total	<u>126.236</u>	<u>118.460</u>	<u>141.060</u>	<u>131.409</u>

A movimentação dos saldos para o período findo em 31 de dezembro de 2023 está assim representada:

	Controladora		
	31/12/2022	Adições	31/12/2023
Custo			
Benfeitorias	2.356	1.537	3.893
Edificações	60.186	3.447	63.633
Instalações	37.723	1.722	39.445
Computadores e periféricos	3.632	37	3.669
Máquinas e equipamentos	43.834	9.690	53.524
Móveis e utensílios	333	37	370
Terrenos	14.700	-	14.700
Direito de uso - edificações	22.817	5.352	28.169
Total	<u>185.581</u>	<u>21.822</u>	<u>207.403</u>

	Controladora		
	31/12/2022	Adições	31/12/2023
Depreciação Acumulada			
Benfeitorias	(1.357)	(473)	(1.830)
Edificações	(27.403)	(1.036)	(28.439)
Instalações	(14.326)	(1.745)	(16.071)
Computadores e periféricos	(1.766)	(744)	(2.510)
Máquinas e equipamentos	(19.473)	(4.890)	(24.363)
Móveis e utensílios	(3)	(77)	(80)
Direito de uso - edificações	(2.794)	(5.080)	(7.874)
Total	(67.122)	14.045	(81.167)
Total Líquido	118.459	35.867	126.236

	Consolidado				
	31/12/2022	Adições	Transferências	Variação cambial	31/12/2023
Custo					
Benfeitorias	2.356	1.537	-	-	3.893
Edificações	62.833	3.447	-	422	66.702
Instalações	37.723	1.722	-	-	39.445
Computadores e periféricos	3.632	37	-	-	3.669
Máquinas e equipamentos	50.376	10.483	-	1.105	61.964
Móveis e utensílios	969	52	-	118	1.139
Terrenos	17.977	-	-	523	18.500
Direito de uso - edificações	22.817	5.352	-	-	28.169
Total	198.683	22.630	-	2.168	223.481
Depreciação Acumulada					
Benfeitorias	(1.357)	(473)	-	-	(1.830)
Edificações	(27.413)	(1.103)	-	(7)	(28.523)
Instalações	(14.326)	(1.745)	-	-	(16.071)
Computadores e periféricos	(1.766)	(744)	-	-	(2.510)
Máquinas e equipamentos	(19.597)	(5.717)	-	(80)	(25.394)
Móveis e utensílios	(3)	(187)	(18)	(11)	(219)
Veículos	(18)	-	18	-	-
Direito de uso - edificações	(2.794)	(5.080)	-	-	(7.874)
Total	(67.274)	(15.049)	-	(98)	(82.421)
Total Líquido	131.409	7.581	-	2.070	141.060

12. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Intangível na aquisição de investimentos				
(i)	-	-	12.015	-
Outros intangíveis (ii)	12.779	-	18.716	4.545
Total	12.779	-	30.731	4.545

A movimentação dos saldos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está assim representada

	Controladora			
	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Custo				
Outros intangíveis	-	16.430	-	16.430
Total	-	16.430	-	16.430
Amortização Acumulada				
Outros intangíveis	-	(3.651)	-	(3.651)
Total	-	(3.651)	-	(3.651)
Total Líquido	-	12.779		12.779

	Consolidado				
	<u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Variação Cambial</u>	<u>31/12/2022</u>
Custo					
Outros intangíveis	-	4.617	-	(72)	4.545
Total	-	4.617	-	(72)	4.545
Amortização Acumulada					-
Outros intangíveis	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-
Total Líquido	-	4.617	-	(72)	4.545

	Consolidado				
	31/12/2022	Adições	Baixas	Variação Cambial	31/12/2023
Custo					
Intangível na aquisição de investimentos		12.710	-		12.710
Outros intangíveis	4.545	18.550	-	1.019	24.114
Total	4.545	31.260	-	1.019	36.824
Amortização Acumulada					
Intangível na aquisição de investimentos	-	(695)	-		(695)
Outros intangíveis	-	(5.307)	-	(91)	(5.398)
Total	-	(6.002)	-	(91)	(6.093)
Total Líquido	4.545	25.258		928	30.731

(i) Maiores detalhes sobre a natureza, vide nota explicativa 1 a).

(ii) O saldo refere-se ao direito de uso sobre contratos de licenças de uso de software.

13. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2023, o prazo médio consolidado de pagamentos é de 47 dias (34 dias em 31 de dezembro de 2022). Usualmente não são cobrados juros sobre as contas a pagar em atraso. A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento de riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Serviços profissionais	1.199	1.027	2.626	1.027
Equipamentos de informática e telecomunicações	3.303	2.070	3.303	2.070
Telefonia	434	298	434	298
Ocupação	1.105	1.042	1.105	1.042
Benefícios	602	134	624	134
Outros	473	30	841	696
Total	<u>7.116</u>	<u>4.601</u>	<u>8.933</u>	<u>5.267</u>

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Mensurado ao custo amortizado:		
CCB - Banco Santander (a)	64	14.643
CCB - Banco Santander (b)	72	59.236
NCE - Banco Santander (c)	-	35.484
CCB - Banco Santander (d)	<u>108.919</u>	
Total ao custo amortizado	<u>109.055</u>	<u>109.363</u>
Parcela do circulante	255	-
Parcela do não circulante	<u>108.800</u>	<u>109.363</u>

A movimentação dos saldos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, estão apresentadas a seguir:

	Controladora e Consolidado				
	31/12/2022	Adições	Juros Incorridos	Amortização de Principal	Pagamento de juros
CCB - Banco Santander	14.643	-	2.293	(14.600)	(2.272)
CCB - Banco Santander	59.236	-	9.303	(59.200)	(9.266)
NCE - Banco Santander	35.484	-	5.513	(35.000)	(5.997)
CCB - Banco Santander (i)		<u>108.800</u>	<u>119</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de empréstimos	<u>109.363</u>	<u>108.800</u>	<u>17.228</u>	<u>(108.800)</u>	<u>(17.535)</u>

	Controladora e Consolidado						31/12/2022
	28/03/2022	Dropdown	Adições	Juros Incorridos	Amortização de Principal	Pagamento de juros	
CCB - Banco Santander	-	37.417	9	2.238	(35.000)	(4.664)	-
CCB - Banco Santander	-	62.466	65	3.448	(43.800)	(7.536)	14.643
CCB - Banco Santander	-	-	59.200	36	-	-	59.236
NCE - Banco Santander	-	-	35.000	484	-	-	35.484
Total de empréstimos	-	99.883	94.274	6.206	(78.800)	(12.200)	109.363

- (i) com o objetivo de estender o saldo da dívida, a Companhia efetuou o encerramento dos contratos anteriores e efetuou um novo empréstimo com vencimento em 2026. A taxa de juros corresponde ao CDI + 2,29% ao ano.

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
2024	-	109.363	-	109.363
2025 e 2026	108.800	-	108.800	-
	108.800	109.363	108.800	109.363

Cláusulas contratuais restritivas ("covenants")

"Covenants" financeiros

Controladora e consolidado:

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía determinados contratos de empréstimos com cláusulas restritivas ("covenants"). Entre essas cláusulas está a manutenção de índice financeiro resultante da relação entre a dívida líquida e o LAJIDA (EBITDA) - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, ajustado, sendo definido conforme contrato e descritas a seguir:

- A dívida líquida correspondente ao total de empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes, deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado.
- O LAJIDA ajustado ao lucro líquido consolidado acrescido, sem duplicidade: (i) das despesas financeiras líquidas; (ii) do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos; (iii) da depreciação e amortização; e (iv) de outras despesas não recorrentes definidas em contrato.
- O limite do índice financeiro, a ser atingido pela Companhia, está definido como a relação entre Dívida Líquida e EBITDA igual ou inferior a 2,75 (dois inteiros e setenta e cinco centésimos) vezes até a data de vencimento, para os empréstimos relacionados nos itens (b, d).

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia encontra-se adimplente com todas as cláusulas restritivas, tendo atingido o índice financeiro acima descrito de 0,85.

15. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Arrendamentos- direitos de uso (a)	37.798	24.314	39.811	24.314
Total	<u>37.798</u>	<u>24.314</u>	<u>39.811</u>	<u>24.314</u>
Parcela do circulante	9.220	8.790	9.658	8.790
Parcela do não circulante	28.578	15.524	30.152	15.524

(a) Referem-se ao registro do direito de uso de certos ativos de acordo com os critérios estabelecidos na IFRS 16/CPC 6 (R2).

A movimentação dos saldos para o período findo em 31 de dezembro de 2023 está apresentada a seguir:

As operações de arrendamento da Companhia não requerem a manutenção de índices financeiros ("covenants"), uma vez que tem como garantia o próprio bem.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 28 de março de 2022		-
Dropdown	25.291	25.291
Novos contratos	1.414	1.414
Juros incorridos	980	980
Pagamento de juros	(17)	(17)
Pagamento de principal	(3.354)	(3.354)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>24.314</u>	<u>24.314</u>
Novos contratos	22.591	24.604
Juros incorridos	2.702	2.702
Pagamento de juros	(45)	(45)
Pagamento de principal	(11.764)	(11.764)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>37.798</u>	<u>39.811</u>

As operações de arrendamento da Companhia não requerem a manutenção de índices financeiros ("covenants"), uma vez que tem como garantia o próprio bem.

Ano	Controladora	Consolidado
2024	9.220	9.658
2025	9.871	10.350
2026	10.491	11.015
2027 a 2040	8.216	8.788
TOTAL	<u>37.798</u>	<u>39.811</u>

16. IMPOSTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributos sobre as receitas –				
PIS, COFINS E ISS	1.652	3.743	1.686	3.743
Tributos retidos de terceiros	329	522	330	522
Imposto de renda e contribuição social	-	1.880	1.329	2.107
Outros	121	397	1.023	726
Total	<u>2.102</u>	<u>6.542</u>	<u>4.367</u>	<u>7.098</u>

17. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários e honorários	109	139	186	141
Bônus	1.531	-	1.531	-
Encargos sociais	741	898	741	907
Provisão para férias e encargos sociais	2.588	2.675	2.636	2.676
Outros	467	132	467	132
Total	<u>5.436</u>	<u>3.844</u>	<u>5.561</u>	<u>3.856</u>

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações.

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	-	-	7.361	-
Provisão para fornecedores	846	975	846	975
Provisão para bônus	558	47	558	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	121	-	121	-
Provisão para dissídios e encargos sociais	72	8	72	-
Provisão para SAT	2	1	2	-
Provisão para riscos e processos judiciais	55	-	54	-
Outros	-	15	-	15
Total	<u>1.653</u>	<u>1.046</u>	<u>9.014</u>	<u>1.046</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos – movimentação líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Diferenças temporárias (i)	<u>5.493</u>	<u>5.824</u>	<u>5.498</u>	<u>5.824</u>
Total	<u>5.493</u>	<u>5.824</u>	<u>5.498</u>	<u>5.824</u>

(i) Refere-se, principalmente, à diferenças de taxa de depreciação contábil e fiscal.

	Controladora	
	Ativo	Passivo
Adições	1.051	(5.824)
Baixas	(5)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>1.046</u>	<u>(5.824)</u>
Adições	608	(160)
Baixas	-	490
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>1.653</u>	<u>(5.493)</u>
Classificados no ativo	-	-
Classificados no passivo	-	(3.840)

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Adições	1.051	(5.824)
Baixas	(5)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.046	(5.824)
Adição por Aquisição de Controlada	5.301	
Adições / Baixas	2.667	325
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.014	(5.498)
Classificados no ativo	7.361	-
Classificados no passivo	-	(3.845)

c) Despesa de imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no período findo em 31 de dezembro de 2023 apresentam a seguinte composição:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	39.998	23.391
Alíquota vigente do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e de contribuição social de acordo com as alíquotas vigentes	(13.599)	(7.953)
Equivalência patrimonial	397	642
Brindes e doações	(12)	-
Juros sobre capital próprio	309	-
Incentivo Lei Roaunet e Lei Incentivo ao Esporte	128	28
Outros	(159)	24
Despesa com imposto de renda e contribuição social debitada ao resultado do exercício	(12.936)	(7.258)
Correntes	(13.758)	(8.211)
Diferidos	822	952
Alíquota efetiva	32%	31%

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	39.012	23.676
Alíquota vigente do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e de contribuição social de acordo com as alíquotas vigentes	(13.264)	(8.050)
Equivalência patrimonial	397	238
Brindes e doações	(12)	-
Juros sobre capital próprio	309	-
Incentivo Lei Roaunet e Lei Incentivo ao Esporte	128	28
Ajuste de tradução	650	-
Imposto pago por presunção	-	285
Outros	(157)	46
Despesa com imposto de renda e contribuição social debitada ao resultado do exercício	(11.949)	(7.544)
Correntes	(15.026)	(8.496)
Diferidos	3.076	952
Alíquota efetiva	31%	32%

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$4.331 e está dividido em 91.259.302 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionista	Número de ações	%
APX	86.422.871	94,70034%
Luiz Roberto Novaes Mattar	4.492.015	4,92225%
Outras ações ordinárias	276.326	0,30279%
Outras ações preferenciais	68.090	0,07461%
Total	91.259.302	100,00

b) Reserva legal, reserva de retenção de lucros, dividendos

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo de 25% sobre os lucros auferidos, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social.

A reserva legal constituída em 2023 foi de 60 Mil, que acrescida ao valor constituído em 2022 (R\$807 mil), equivale a 20 % do capital social.

20. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
<u>Receita de vendas e serviços prestados</u>		
Mercado interno	209.447	84.274
Impostos sobre vendas e serviços (*)	(26.960)	(10.695)
Cancelamentos	(805)	-
Receita líquida de vendas e serviços	<u>181.682</u>	<u>73.579</u>
	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
<u>Receita de vendas e serviços prestados</u>		
Mercado interno	228.074	86.361
Impostos sobre vendas e serviços (*)	(27.296)	(10.695)
Cancelamentos	(805)	-
Receita líquida de vendas e serviços	<u>199.973</u>	<u>75.666</u>

(*) Refere-se a PIS, COFINS, ISS e CPRB incidentes sobre os serviços prestados.

21. CUSTOS E DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com pessoal	(32.776)	(13.296)
Manutenção de equipamentos de informática e de telecomunicações	(14.318)	(7.120)
Manutenção e conservação de imóveis	(931)	(710)
Aluguel e condomínio	(806)	(112)
Despesas com ocupação	(30.467)	(15.555)
Telefonia, conectividade e "link"	(4.130)	(1.254)
Serviço de terceiros (i)	(28.576)	(1.635)
Viagens	(410)	(31)
Impostos e taxas	(48)	(5)
Depreciações e amortizações	(18.391)	(6.213)
Crédito de PIS e COFINS	8.420	2.628
Equivalência patrimonial	1.168	1.888
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(355)	-
Outras	(2.490)	(912)
Total	<u>(124.110)</u>	<u>(42.238)</u>

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	(109.489)	(41.516)
Despesas com vendas	(3.670)	(736)
Despesas gerais e administrativas	(12.121)	(1.965)
Resultado de equivalência patrimonial	1.168	1.888
Outras receitas operacionais, líquidas	<u>2</u>	<u>-</u>
Total	<u>(124.110)</u>	<u>(42.328)</u>

- (i) o valor refere-se a despesas de utilização de pessoa nas áreas de vendas, tesouraria e outros, incorridas durante o exercício junto a parte relacionada Tivit Serviços.

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas com pessoal	(34.849)	(13.340)
Manutenção de equipamentos de informática e de telecomunicações	(14.744)	(7.194)
Manutenção e conservação de imóveis	(931)	(710)
Aluguel e condomínio	(806)	(112)
Despesas com ocupação	(40.456)	(15.771)
Telefonia, conectividade e "link"	(4.130)	(1.291)
Serviço de terceiros	(28.750)	(1.635)
Viagens	(437)	(31)
Impostos e taxas	(210)	(13)
Depreciações e amortizações	(21.051)	(6.367)
Crédito de PIS e COFINS	9.171	2.628
Equivalência patrimonial	1.341	701
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(355)	-
Outras	<u>(4.583)</u>	<u>(747)</u>
Total	<u>(140.790)</u>	<u>(44.076)</u>

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	(121.817)	(42.049)
Despesas com vendas	(6.025)	(753)
Despesas gerais e administrativas	(14.291)	(1.976)
Resultado de equivalência patrimonial	1.341	701
Outras receitas operacionais, líquidas	<u>2</u>	<u>-</u>
Total	<u>(140.790)</u>	<u>(44.076)</u>

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	2.777	874
Receitas Eventuais	911	-
Juros Ativos	1	-
Total	3.689	874
Despesas financeiras:		
PIS e COFINS S/ Receita Financeira	(65)	(25)
Juros passivos	(58)	(1.432)
Juros de empréstimos	(18.330)	(6.206)
Juros de arrendamento	(2.702)	(979)
Despesas Bancárias	(46)	(13)
IOF	(19)	(79)
Variação cambial	(17)	-
Outras despesas financeiras	(26)	-
Total	(21.263)	(8.734)
Resultado financeiro	(17.574)	(7.860)
	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	2.956	874
Receitas Eventuais	911	-
Juros Ativos	82	12
Variação cambial	11	-
Total	3.960	886
Despesas financeiras:		
PIS e COFINS S/ Receita Financeira	(65)	(25)
Juros passivos	(735)	(1.432)
Juros passivos – empréstimos partes relacionadas	(2.154)	-
Juros de empréstimos	(18.330)	(6.206)
Juros de arrendamento	(2.702)	(979)
Despesas Bancárias	(47)	(13)
IOF	(19)	(79)
Variação cambial	(22)	-
Outras despesas financeiras	(57)	(66)
Total	(24.131)	(8.800)
Resultado financeiro	(20.172)	(7.914)

23. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico IAS 33/CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão demonstrados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído:

	Ano	
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	27.062	16.132
Média ponderada das ações ordinárias emitidas (em milhares)	91.259	91.191
Lucro básico por ação - R\$	0,30	0,18

24. OBRIGAÇÕES E COMPROMISSOS FUTUROS

Energia elétrica: contrato de fornecimento de energia elétrica para provimento de insumo no desenvolvimento da atividade econômica. Esse contrato teve início em 7 de janeiro de 2020 com vencimento em 31 de dezembro de 2033. Em 31 de dezembro de 2023, o compromisso esperado pela Companhia relacionado a esse contrato está demonstrado conforme abaixo. A Administração não espera alterações relevantes nesses custos nos próximos exercícios.

- (i) 2024 compromisso esperado de R\$22.708.
- (ii) 2025 a 2033 compromisso esperado de R\$195.123.

Fianças bancárias

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos contratos vigentes, as fianças bancárias contratadas apresentam a seguinte composição:

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Garantias destinadas a aluguéis	-	9	-	9
Total	-	9	-	9

25. ITENS QUE NÃO AFETAM O CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de dividendos	6.751	3.831	-	3.831
Recebimento de despesas antecipadas por "dropdown"	-	862	-	862
Recebimento de investimento por "dropdown"	-	7.350	-	7.350
Recebimento de imobilizado por "dropdown"	-	121.670	-	121.670
Recebimento de fornecedores por "dropdown"	-	(18.348)	-	(18.348)
Recebimento de empréstimos, financiamentos e debentures por "dropdown"	-	(99.883)	-	(99.883)
Recebimento de passivo de arrendamento por "dropdown"	-	(25.290)	-	(25.290)
Recebimento de salários e encargos por "dropdown"	-	(2.299)	-	(2.299)
Recebimento de imposto de renda e contribuição social diferidos por "dropdown"	-	(5.731)	-	(5.731)

26. SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Com base nos contratos vigentes, os limites máximos de indenização contratados (consolidado) apresentam a seguinte composição:

Descrição	Ramo da Apólice	Limite máximo de indenização consolidado	Limite máximo de indenização consolidado
		31/12/2023	31/12/2022
Ativo imobilizado	Riscos Operacionais - Danos Materiais e Lucros Cessantes	346.847	570.131
Responsabilidade Civil Geral	Reclamações para reparos de danos involuntários, materiais e/ou corporais, causados a terceiros	10.000	33.935
Responsabilidade Profissional	Reclamações apresentadas por perdas financeiras resultantes dos serviços prestados aos clientes	10.000	10.000
Pessoas	Seguro de responsabilidade civil dos administradores	50.200	100.000
Cyber	Cyber Security	7.000	7.000
Pessoas	Vida em grupo e acidentes pessoais	2.830	22.264
Total		<u>426.877</u>	<u>743.331</u>

27. PLANO DE OPÇÃO DE AÇÕES

Plano de ações restritas – Plano 2023

Em Outubro de 2023, os acionistas da Companhia aprovaram o plano de opção de compra de ações da Companhia para o diretor estatutário e principais colaboradores da Companhia, cujo objetivo é retenção e orientado para talentos alinhados com o futuro da Tivit Infraestrutura (“Takoda”).

As condições de aquisição de direito das opções estão atreladas à anos de serviço, atingimento de preços-alvo da ação e evento de liquidez.

O “vesting period” é de três anos, iniciando em outubro de 2023 e prevê três períodos de aquisição.

As despesas referentes aos pagamentos das opções reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$16, registradas na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de abril de 2024.
